



PARECER PRÉVIO Nº 114/2024-SSC

PROCESSO: TC/004516/2024

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

UNIDADE JURISDICIONADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE-PI

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2023

RESPONSÁVEL: DIEGO LAMARTINE SOARES TEIXEIRA (PREFEITO MUNICIPAL)

ADVOGADO: TIAGO JOSÉ FEITOSA DE SÁ – ADVOGADO OAB/PI 5.445 E OUTROS

(PROCURAÇÃO PEÇA 14)

RELATOR: CONS. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

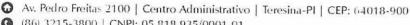
PROCURADOR (A): RAÏSSA MARIA REZENDE DE DEUS BARBOSA

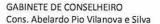
SESSÃO VIRTUAL DE JULGAMENTO: 16 DE SETEMBRO A 20 DE

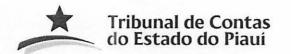
SETEMBRO DE 2024.

EMENTA. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO. PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARANTE. EXERCÍCIO 2023.

1. Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU); Classificação Indevida no registro de complementação de Fontes Recursos das Emendas Parlamentares: Descumprimento do limite máximo de despesas de pessoal do Pode Executivo Municipal; Insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas; Divergências nos Saldos contábil das contas bancárias selecionadas com os saldos com os saldos apresentados nos extratos bancários encaminhados pela Prefeitura no sistema Documentação Web; Inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis em desacordo com os critérios mínimos de elaboração; Impossibilidade de análise entre o valor dos bens registrado nos inventários dos bens móveis e imóveis com o apresentado Balanço Patrimonial; Ausência da contabilização da dívida do município; Indicador distorção idade série apresenta percentual elevado nos anos finais; Não instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância e Não instituição do Plano Municipal de Segurança Pública.









2. As falhas remanescentes não possuem o condão de macular as contas em análise, não sendo suficientes para ensejarem em julgamento de irregularidade.

SUMÁRIO: Prestação de Contas do Município de Amarante. Contas de Governo. Exercício de 2023. Aprovação com Ressalvas. Determinação. Recomendação. Unânime.

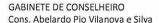
Síntese de impropriedades/falhas apuradas, após o contraditório: 1- Não instituição da cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU); 2-Classificação Indevida no registro de complementação de Fontes de Recursos das Emendas Parlamentares; 3- Descumprimento do limite máximo de despesas de pessoal do Pode Executivo Municipal; 4- Insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, descumprindo o art. 1°, §1° e 42 da LRF; 5- Divergências nos Saldos contábil das contas bancárias selecionadas com os saldos com os saldos apresentados nos extratos bancários encaminhados pela Prefeitura no sistema Documentação Web; 6-Inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis em desacordo com os critérios mínimos de elaboração; 7- Impossibilidade de análise entre o valor dos bens registrado nos inventários dos bens móveis e imóveis com o apresentado Balanço Patrimonial; 8-Ausência da contabilização da dívida do município; 9- Indicador distorção idade série apresenta percentual elevado nos anos finais; 10- Não instituição do Plano Municipal pela Primeira Infância e 11- Não instituição do Plano Municipal de Segurança Pública.

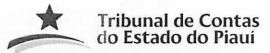
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando o relatório da Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização de Gestão e Contas Públicas -DFCONTAS1 (peças 03), o parecer do Ministério Público de Contas (peça 12), o voto do Relator Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva, à peça 18, e o mais que dos autos consta, decidiu a Segunda Câmara Virtual, por unanimidade dos votos, em consonância parcial com parecer ministerial, da seguinte forma:

A) Pela emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das Contas de Governo do Município de Amarante, exercício 2023, na responsabilidade do Sr. Diego Lamartine Soares Teixeira, com fulcro no art. 120 da Lei Estadual n.º 5.888/09 c/c o art. 32, §1º da Constituição Estadual.











- B) Sejam feitas, ao atual gestor, DETERMINAÇÕES com fundamento no art.1° XVIII do RITCE, nos seguintes termos:
 - 1- No prazo de 180 (cento e oitenta) dias seja encaminhada ao TCE-PI, via sistema Documentação Web (documentação avulsa), cópia da lei que institui, no âmbito do município, a cobrança dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos (SMRSU), conforme determina o art. 35, § 2º da Lei Nº 11.445/2007, com redação pela Lei Nº 14.026/2020;
 - 2- A eliminação do excesso do limite legal de despesa de pessoal ultrapassada no exercício 2023 por meio de adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23 da LRF;
- C) Sejam feitas, ao atual gestor, RECOMENDAÇÕES, com fundamento no art.1° §3 do RITCE, nos seguintes termos:
 - 1- Que realize o acompanhamento concomitante da arrecadação e dos gastos por fonte de recursos, a fim de evitar situações de desequilíbrio financeiro, comprometendo o equilíbrio da gestão fiscal.
 - 2- Que acompanhe a arrecadação, gastos e obrigações assumidas, a fim de evitar a contratação de obrigações sem a devida cobertura financeira, de forma que haja o comprometendo da gestão fiscal.
 - 3- Que adote uma política educacional mais adequada para implementação das diretrizes do Programa Nacional de Educação - PNE - META 02 (universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE).

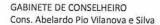
Presentes os Conselheiros (as) Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Abelardo Pio Vilanova e Silva e os conselheiros substitutos Delano Carneiro da Cunha Câmara em substituição a Waltânia Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga e Alisson Felipe de Araújo.

Representante de Ministério Público de Contas: Jose Araújo Pinheiro Junior.

Transcreva-se. Publique-se e Cumpra-se.











Sessão Ordinária Virtual da Segunda Câmara, em 20 de setembro de 2024.

(Assinado Digitalmente)

Cons. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA

Relator













ASSINATURA DIGITAL

Certificamos que a peça nº 20 está assinada digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF/CNPJ	Nome	Data e hora
18*.***-**5-53	ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA	24/09/2024 09:24:07

Protocolo: 004516/2024

Código de verificação: 55C1F0D2-ED1C-47C1-9796-2CEB3A710D44

Portal de validação:

https://sistemas.tce.pi.gov.br/eprocesso/validador/documento

